

é parte citada em ações de suposto transbordo dos depósitos de resíduos sólidos da ALUNORTE em 2018. (iii) O montante relacionado às contingências cíveis não provisionadas refere-se, principalmente, a constestação, por parte da Albras, da tarifa da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que foi cobrada dos consumidores livres, e o processo TUST (Tarifa de uso do sistema de Transmissão) que se refere ao pedido de indenização das transmissoras de Energia através da ABRACE (Associação Brasileira de Grandes Consumidores) face a União Federal e ANEEL - Agência Nacional de Energia, assim como, uma nova ação por reclamação de perdas por ausência de correção do contrato. (iv) As ações trabalhistas referem-se, principalmente, a reclamações de ex-empregados próprios e de empresas contratadas sobre doença ocupacional, verbas rescisórias, horas extras, doenças ocupacionais, acidente equiparado a doença entre outros. As ações trabalhistas da ALBRAS envolvem tanto ex-empregados próprio do grupo quanto ex-empregados de empresas contratadas onde a Companhia é tratada como litisconsorte nessas ações. **18. Patrimônio líquido: d. Capital:** O capital social subscrito e integralizado, é composto por 1.128.909.900 ações ordinárias. Sendo 575.744.049 de Classe "A" e 553.165.851 de Classe "B", com valor nominal de R\$1.00 por ação. As ações não são conversíveis entre si. As ações ordinárias classe "A" sempre serão possuídas por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras. As ações ordinárias "A" e "B" terão idênticos direitos e obrigações em relação à sociedade. A Companhia possui capital estrangeiro representado por ações ordinárias classe B. registrado no Banco Central do Brasil no montante de US\$ 229.745 mil e ¥ 6.394.733 mil. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 21 de setembro de 2010 fez-se alteração no caput do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, de forma a permitir que qualquer pessoa seja titular de ações ordinárias Classe "A" de emissão da sociedade. Conforme artigo 6.3 do Acordo de Acionistas da Companhia, em 30 de setembro de 2010, A Vale S.A. transferiu para a Atlas Alumínio S.A. a totalidade de sua participação acionária no capital social da Companhia, representada por 575.744.049 (quinhentos e setenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e quatro mil e quarenta ações) ações ordinárias, de Classe A. **e. Reservas de capital:** A reserva de capital é constituída pela reserva especial da Lei nº 8.200/91 - artigo 2º que é realizada na proporção da depreciação e da baixa dos respectivos bens reavaliados. **f. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembléia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. **g. Reserva especial:** Esta reserva especial foi efetuada na proporção da depreciação e da baixa de bens reavaliados. **h. Reserva de incentivos fiscais:** Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. **i. Reserva de lucros para expansão:** A Companhia constitui a reserva de lucros para expansão para atender a projeto de investimento, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei nº 6.404/76. Esta reserva está justificada com o orçamento de capital proposta pela administração da Companhia. Em 2019, com base na disposição do parágrafo único do artigo 189 da lei 6.404/76, o prejuízo do exercício foi absorvido por esta reserva. **j. Destinação do resultado do exercício:** A administração proporá aos acionistas, com base na Lei das Sociedades por Ações, a seguinte destinação do resultado apurado em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	2019	2018
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(299.305)	126.099
Reserva reavaliação/especial - realização	1.239	1.548
Lucro ajustado com a realização da reserva	(298.066)	127.647
Reserva legal - constituição	-	(6.305)
Total	(298.066)	121.342
Resultado do exercício a ser destinado:	(298.066)	121.342
Dividendos propostos (50%)	-	(60.671)
Reserva de lucros para expansão e investimentos	-	-
- constituição	-	(60.671)
Reserva de lucros para expansão e investimentos	-	-
- absorção	298.066	-

Com base na disposição do parágrafo 5º do artigo 202 da lei 6.404/76, foi aprovado, durante o exercício de 2018, o não pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao lucro líquido de 2017 no valor de R\$ 122.059, de tal modo este foi, por decisão unânime do conselho de administração, devolvido às reservas de lucro da Companhia. No exercício de 2019, conforme AGO de 30.04.2019, foi autorizado o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2017. Os dividendos mínimos obrigatórios, referentes ao exercício de 2018, permanecem no passivo circulante, conforme distribuição de lucros de 2018. **19. Outras informações: a. Obrigações contratuais:** A Companhia é suprida de energia elétrica pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ELETRONORTE (empresa pública do setor de energia), através de contrato de fornecimento de longo prazo até dezembro de 2024. A Companhia, seguindo o cronograma contratual desembolsou em junho de 2007 a última parcela da antecipação do valor de R\$1.200.000 a título de pré-pagamento, com período final de amortização em dezembro de 2024. A movimentação do mencionado adiantamento encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	2019	2018
Adiantamento (pré-pagamento)	1.200.000	1.200.000
Baixas	(903.644)	(845.344)
	296.356	354.656

A Companhia mantém acordo contratual com a Alunorte e recebeu em 2019 aproximadamente 653 mil toneladas métricas de alumina (582 mil em 2018), com preço calculado com base na cotação do alumínio na Bolsa de Metais de Londres (London Metal Exchange - LME). Em 31 de dezembro de 2019, não havia qualquer saldo pendente relativo à quantidade contratada para o exercício, inexistindo, portanto, qualquer direito a esse tipo de cobrança.

b. Receita líquida de vendas de produtos e serviços

	2019	2018
Venda de produtos	2.677.115	2.851.724
Alumínio	162.259	681.276
Venda de serviços e outros (i)	2.839.374	3.533.000

Impostos	(234.900)	(272.343)
Venda de produtos - Alumínio	(15.071)	(63.064)
Venda de serviços e outros	(249.971)	(335.407)
Receita operacional líquida	2.589.403	3.197.593

(i) Em 2019, a Companhia realizou R\$162.259 (R\$681.276 em 2018) de receita com a venda de serviços e outros. Deste total, R\$157.796 (R\$677.631 em 2018) se refere à cessão de Energia e o saldo remanescente, de R\$4.463 (R\$3.645 em 2018), trata-se da venda de sucata e serviços. As vendas de produtos realizadas pela Companhia têm as seguintes destinações:

	2019	2018
Ásia	644.426	613.928
Europa	136.765	136.844
América	-	-
Mercado externo	781.191	750.412
Mercado interno	1.895.924	2.101.312
	2.677.115	2.851.724

Parte relacionada	908.107	779.450
Outros	1.769.008	2.072.274
	2.677.115	2.851.724

c. Custo dos produtos vendidos e serviços

	2019	2018
Custos fixos		
Pessoal	(119.026)	(105.857)
Material	(40.088)	(37.570)
Depreciação	(143.889)	(117.645)
Outros	(2.442)	(4.838)
	(305.445)	(265.910)
	(2.332.797)	(2.248.908)

Custos variáveis (i)		
Excedente do custo fixo por redução da produção (ii)	(100.981)	(128.038)
Custo dos produtos vendidos	(2.739.223)	(2.642.856)

(i) Os custos variáveis são compostos por energia e matéria-prima, principalmente. (ii) Os custos fixos são alocados baseados na capacidade normal de produção. Desta forma, em função do corte de produção ocorrido a partir de abril de 2018, os valores dos custos fixos não alocados aos produtos em função de ociosidade foram reconhecidos diretamente como resultado do exercício em que foram incorridos, no montante de R\$100.981 (R\$128.038 em 2018). A retomada da produção ocorreu em maio de 2019.

20. Receitas (despesas) operacionais

	2019	2018
Vendas e comerciais		
Taxas e serviços carga	(64.828)	(68.755)
Demurrage	(1.749)	(1.282)
Partes relacionadas	(53.487)	(99.112)
	(120.064)	(169.149)

Gerais e administrativas

Pessoal e benefícios	(17.840)	(19.642)
Serviços (consultoria, Infraestrutura e outros)	(27.006)	(11.779)
Tributos	(18.786)	(7.970)
Partes relacionadas	(42.414)	(45.838)
Depreciação e amortização	(6.658)	(6.780)
Remuneração dos administradores	(3.370)	(1.042)
Outras	(786)	(467)
	(116.860)	(93.518)

Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

Provisão (reversão) para contingências, autos de infração e outros	(7.644)	(12.931)
Despesas decorrentes do corte de produção	(25.766)	(25.843)
Revisão de créditos tributários	4.083	(37.746)
Sinistro	-	(11.698)
Reintegra	645	9.492
Provisão de obsolescência	(3.826)	(2.421)
Perda / ganho pré-pagamento - Eletronorte	8.660	4.937
PIS/COFINS sobre outras receitas	(1.591)	(6.088)
Provisão comperdas esperadas	(710)	(1.499)
Créditos de energia reserva	7.866	51.945
Baixa de ativos	(3.212)	(1.818)
Ressarcimento PIS/COFINS	-	4.977
Outras	(17.894)	(5.178)
	(39.389)	(33.871)
	(276.313)	(296.538)

Despesas operacionais

21. Resultado financeiro

	2019	2018
Despesas financeiras		
Encargos s/empréstimos e financiamentos		
Internos	(5.262)	(3.951)
IOF	(561)	(622)
Multas/juros por infrações fiscais	(758)	(2.253)
PIS/COFINS s/receitas	-	(6.171)
Encargos cessão recebíveis Novelis	(1.680)	(2.958)
Variações cambiais dos passivos	(5.292)	(24.291)
Operações com derivativos	(14.860)	(57.378)
Arrendamentos	(3.234)	-
Outras	(1.181)	(1.009)
	(32.828)	(98.633)

Receitas financeiras

Aplicações financeiras	4.040	7.423
Rendimentos crédito prev. privada	369	502
Outras	1.419	18.321
	5.828	26.246
	(27.000)	(72.387)

Resultado financeiro, líquido

João Batista Fialho de Menezes	Evaldo Basilio de Oliveira Batista
Diretor Executivo	Gerente Executivo Financeiro

Carlos Antonio Vionet Correia Junior

Contador - CRC: RJ - 117057/O-3

continua